

Reflexão Sobre Relações Entre Poder e Contabilidade

Reflection About the Relationship Between Power and Accounting

José Paulo Cosenza¹, Adriano Cardoso Teixeira Filho², Raphael de Souza Sant'Anna Lopes³

RESUMO

A contextualização das relações de poder no campo da ciência contábil é importante para entender a dinâmica organizacional nas empresas. Este artigo analisa os principais fatores associados ao exercício do poder nas empresas, mostrando a Contabilidade não só como fonte eminente de informação, nesse caso detentora de poder, mas também como objeto de poder, ao se tornar refém de diretrizes e políticas impostas por instâncias reguladoras e normatizadoras da atividade contábil. O estudo relata que motivações divergentes entre agentes econômicos podem influir nas relações de poder nas organizações, despertando o interesse para aspectos inerentes à prática contábil. Em parte porque a construção de uma ponte entre a atividade contábil e as concepções de poder é uma tentativa de legitimar o exercício de poder nas organizações, já que a Contabilidade tanto pode ser detentora ou objeto de legitimação de poder, gerando, conseqüentemente, conflitos de poder organizacional.

Palavras-chave: Relações de poder; Teoria das Organizações; Teoria da Contabilidade; Legitimidade; Resistência.

ABSTRACT

This essay examines relationships of power in organizations and how these relate to accounting, focusing on factors associated with organizational decision making and the exercise of power in business. Accounting is shown to be not only an important source of information – an area detaining a source of power – but also as subject to the use power – object of policies and guidelines imposed by organs for regulation and standardization of accounting practices. The study shows that differing motivations between economic agents can influence the power relations in organizations, making these a relevant object of interest in terms of accounting practice. The fact that accounting can be either a source or an object of control generates the potential for organizational power conflicts.

Keywords: Power relationships; Organizational theory; Accounting theory; Legitimacy; Resistance.

¹ Universidade Federal Fluminense /UFF - jcosenza@vm.uff.br

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ - adricv33@uol.com.br

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ - raphaelslopes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A corrente teórica que defende como condição fundamental para se entender o papel da atividade contábil nas organizações e na sociedade, a reflexão sobre o contexto social, político e econômico onde a Contabilidade opera, tem conquistado maior espaço na teoria contábil (Cooper & Sherer, 1984; Hopwood, 2005). As primeiras sinalizações nessa perspectiva foram formuladas nos anos de 1980, nos trabalhos de Burchell *et al* (1980); Tinker (1980) e Cooper e Sherer (1984), que defendiam uma “Economia Política da Contabilidade” e ressaltavam a necessidade de o estudo da Contabilidade reconhecer o poder e o conflito na sociedade e, conseqüentemente, a incidência e efeitos desses fatores sobre os relatórios contábeis na distribuição de renda, riqueza e poder.

Cooper e Sherer (1984) e Tinker, Merino e Neimark (1982) vislumbraram uma importante função social da Contabilidade, que poderia incluir um papel mais ideológico no estudo da teoria contábil, a fim de associá-la com a mistificação e a legitimação, pois os fatos contábeis são produtos da sociedade onde ocorrem e não devem ser considerados com neutralidade, já que podem servir para a viabilização de interesses específicos.

Fleischman (2012) assinala que, durante a década de 1990, uma parcela substancial de estudos abordou a história da contabilidade sob uma perspectiva crítica, refletindo uma fundamentação teórica baseada na filosofia de pensadores seminais de disciplinas afins (filosofia, sociologia, psicologia, entre outras). Com isso, a literatura contábil procurou trazer para dentro da teoria da contabilidade ideias e paradigmas incorporando os postulados de pensadores como Baudrillard, Derrida, DiMaggio e Powell, Foucault, Gadamer, Giddens, Gramsci, Habermas, Kuhn, Latour, Lyotard, Marx e Weber, entre outros. No entanto, embora o conhecimento contábil tenha evoluído acentuadamente nos últimos 30 anos (Hopwood, 2005), ainda é incipiente o emprego da teoria da Contabilidade como ideologia, particularmente em relação às origens e funções ideológicas do modelo capitalista (Bryer, 2012).

Assim, as pesquisas no campo da teoria das organizações a respeito de relações de poder contribuem para a melhor compreensão dos fatos organizacionais e das relações interpessoais, que ocorrem no ambiente organizacional. Portanto, o estudo do poder no âmbito organizacional é relevante para o entendimento das relações interpessoais e o desenvolvimento organizacional, tornando-se imprescindível para analisar as práticas organizacionais. Para isso, porém, é preciso primeiro definir o que se entende como poder, já que esse conceito apresenta distintas visões na literatura acadêmica.

Tal multiplicidade de visões implica em diferentes abordagens sobre a questão do poder (Perissinotto, 2003). Neste estudo adota-se a concepção de poder como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente visando a disciplinar o corpo e a mente de indivíduos e grupos, como proposto epistemologicamente na obra do filósofo francês Paul-Michel Foucault (1926-1983).

Segundo Foucault (2008), o exercício do poder na sociedade moderna caracteriza-se como algo que pode ser possuído, tanto por pessoas jurídicas como por pessoas físicas, baseando-se num modelo de supervisão contínua daqueles que exercem domínio sobre os demais indivíduos e/ou organizações. Hayward (2000), no entanto, entende que o poder deve ser entendido não apenas como algo que um agente supostamente poderoso controla e usa intencionalmente, mas também como um conjunto de mecanismos sociopolíticos que funcionam no sentido de limitar o campo de ação de todos os agentes sociais, mesmo daqueles normalmente vistos como poderosos.

Dado que as mudanças e transformações do mundo dos negócios ganham protagonismo na gestão das empresas, aumenta também a importância do poder no processo de transformação organizacional, haja vista suas implicações nos diversos níveis hierárquicos de uma organização (ver Foucault, 1972 e 2008; Giddens, 1993; Pfeffer, 1981; Dawson, 1994; Buchanan e Badham, 1999). Todavia, o exercício do poder tem como cenário o ambiente interno da empresa e o ambiente externo, sofrendo, desse modo, influências exógenas e endógenas.

Em função disso, ao longo deste artigo, procurou-se distinguir as formas de aplicação da influência psicológica que os detentores do poder requerem dos receptores dos ordenamentos e das imposições, assim como a dinâmica de aplicação desse poder, seja pelo exercício do poder interno às empresas ou sob a forma exógena, isto é, impetrado por forças externas. Sob essa ótica, analisam-se as implicações do poder no campo contábil, na medida em que se observa que as organizações participam, ora como receptoras, ora como executoras das práticas de poder. Daí a importância de se compreender a forma como esse fenômeno se conecta com a Contabilidade. Considerando que o poder tanto está associado à influência e ao controle, quando correlacionado ao campo contábil é possível tipificá-lo sob duas perspectivas principais, conforme Wickramasinghe (2006, p. 339):

- ① Poder da Contabilidade; e
- ② Poder sobre a Contabilidade.

Na primeira situação, articula-se o poder por meio de sua capacidade de gerar interesses comuns entre grupos rivais. Conseqüentemente, serve para a criação de uma linguagem contábil voltada para o desdobramento da realidade social e organizacional por meio de dados contábeis e da produção de conhecimentos organizacionais dirigidos para o controle dos demais grupos. Na segunda, se expressa o poder em termos de dependência contábil às decisões emanadas das estruturas econômicas e sociais dominantes e historicamente estabelecidas, por exemplo, a política estatal, o espírito capitalista, as culturas e tradições éticas e sociais. Portanto, os instrumentos de poder são passíveis de estudo no contexto contábil, no âmbito organizacional ou fora dele, sendo importante a análise dos mecanismos de gestão, regulação e controle em diversos níveis e esferas.

Nessa linha, este trabalho tem por objetivo realizar uma discussão articulada de diversas dimensões de poder e suas manifestações nas relações interpessoais, verificando como esse fenômeno interfere no funcionamento das organizações, construindo uma ponte especialmente direcionada para a prática contábil. Tal pesquisa é relevante dado o papel que a Contabilidade de-

sempenha na atribuição de valor econômico aos recursos empregados na atividade empresarial. De acordo com Wyman (1990), o poder da Contabilidade incrementou o crescimento econômico dos países e terá ainda maior importância no futuro da economia mundial.

Para desenvolvimento deste artigo, efetuou-se uma revisão da literatura sobre as relações de poder nas organizações e suas vinculações com a Contabilidade. Trata-se, portanto, de um ensaio teórico onde se procura compreender e distinguir as diferentes interfaces do tema poder e suas nuances com a atividade contábil, empregando-se, para isso, metodologias de natureza exploratória e analítico-descritiva. Essas técnicas são recomendáveis para analisar cientificamente fatos levantados no exame bibliográfico, já que se pretende abordar aspectos qualitativos associados a uma questão de interesse comportamental como é o caso do tema discutido nesse artigo.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. Na segunda parte abordam-se as fontes e forças contextuais, que fundamentam a noção de poder nas organizações. Em seguida, na terceira parte, apresenta-se a revisão da literatura sobre os principais aspectos relacionados às dimensões e relações de poder na organização. Na quarta seção comentam-se as dimensões e implicações do poder no campo contábil, discutindo-se o exercício do poder e o papel da Contabilidade. Por fim, apresentam-se as considerações finais ressaltando-se o papel da Contabilidade como mecanismo de poder, e são sugeridas pesquisas que articulem esses temas.

2 FONTES CONTEXTUAIS DE PODER

Inicialmente, é necessário comentar o que se entende como poder, já que na literatura são apresentadas inúmeras definições para esse fenômeno. Em termos gerais, o poder é entendido como a capacidade de influenciar as decisões (Clegg, 1989 e 1993; Burns, 1996 e 2000), sendo uma força que afeta os resultados (Hardy, 1996, p. S3). Desta forma, pode-se abordar o poder como um mecanismo empregado para o alcance de objetivos e metas almejados.

Segundo Foucault (1999), o exercício de poder é uma forma de ação que age sobre outra ação, decorrente de ocorrências presentes ou futuras. Para esse autor, o poder incita, induz e desvia, facilitando ou tornando mais difícil, ampla ou limitada, mais ou menos provável a ação. No limite, o poder coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, delimitando o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Nas palavras do autor: “o poder corresponde a ações sobre as ações”. Ao se interessar pelos mecanismos que sustentam o poder, Foucault (1991) se baseou na ideia de que existe uma relação circular entre a verdade e o poder, de tal forma que o poder se torna um elemento essencial na produção da verdade e esta serve para preservar o poder.

Assim, para a sustentação do poder, bastaria tornar visíveis umas poucas coisas para a maioria, pois quando alguém é consciente de que está submetido a um campo de visibilidade, reproduz para si a relação de poder, assumindo, ao mesmo tempo, o papel de controlador e controlado (Robert & Scapens, 1990). Para Larriaga (1999, p. 123), esse seria o papel da Contabilidade, uma economia do poder. Ao facilitar estabelecer sistemas de controle de gestão, a Contabilidade poupa os custosos e defasados mecanismos de supervisão direta.

Como prática social constituída, o poder é analisado historicamente, na ótica de Foucault (2008), que atribui ao poder disciplinar objetivos econômicos e políticos. No primeiro caso, submete as multiplicidades humanas à ordem determinada pela organização, procurando maximizar a produtividade da força de trabalho. No segundo, o poder disciplinar espera minimizar a força humana na sua capacidade de resistência, de contestação e de revolta.

A obra de Foucault (1999) realiza uma taxonomia do exercício do poder, classificando-o em cinco categorizações básicas: i) direção de conduta dos indivíduos ou grupos; ii) governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias e dos doentes; iii) formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; iv) destinado a agir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos; e v) governo, no sentido de es-

truturar o eventual campo de ação dos outros.

No Quadro nº 1, destacam-se alguns pontos que contribuem de forma mais concreta para a análise das relações de poder nas organizações, de acordo com as concepções de exercício do poder cunhadas pelo citado autor.

Quadro 1 - Atributos para Análise das Relações de Poder.

Sistema de Diferenciação	Diferenças jurídicas ou tradicionais, econômicas e culturais na apropriação das riquezas, nas habilidades e nas competências.
Tipo de Objetivo	Manutenção de privilégio, exercício de uma profissão e acúmulo de lucros.
Modalidade Instrumental	Instrumentos utilizados para exercer o poder, tais como a ameaça das armas, o efeito das palavras e sistemas de vigilâncias e de regras.
Forma de Institucionalização	Formas sob as quais o poder é institucionalizado, tais como estruturas jurídicas, dispositivos tradicionais e fenômenos de hábito.
Grau de Racionalização	O exercício do poder baseia-se na eficácia dos instrumentos e na certeza dos resultados (maior ou menor grau de refinamento tecnológico no exercício do poder) ou no custo eventual (custo econômico dos meios colocados em ação ou custo reacional constituído pelas resistências encontradas), ou seja, ele é elaborado, transformado, organizado e dotado de procedimentos mais ou menos ajustados.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Foucault (1999) e Cappelle, Melo e Brito (2005, p. 362).

Dessas características, associam-se as práticas de poder nas relações interpessoais e inter-organizacionais, como as habilidades em agrupar informações contábeis e transformá-las em relatórios gerenciais, e o poder oriundo do enforcement das instâncias colegiadas de organismos reguladores das práticas e atividades contábeis no Brasil.

Em outra perspectiva, Gaffinkin (2005) defende que um ponto muito importante na questão do poder no campo contábil é a necessidade de se conhecer o perfil daqueles usuários das decisões, sejam eles externos ou internos. Embora suas necessidades possam variar imen-

samente, todos têm como objetivo principal chegar a um resultado favorável ao alcance de suas metas preestabelecidas. Segundo Silva (1992, p. 13), existe associação entre usuários da Contabilidade e estrutura de poder, visando a proporcionar informação adequada, confiável e oportuna, já que somente aqueles que dispuserem de instrumentos competentes de pressão para obtê-la, independentemente de serem internos ou externos à empresa, terão atendidas suas necessidades na luta pelo poder de prevaler seus interesses específicos.

Larrinaga (1999) assinala que o estudo das relações entre poder e Contabilidade pode se inspirar bastante nas formulações foucaultianas, principalmente nos conceitos de pensamento criados por Foucault (1991) baseados na arqueologia e na genealogia. A arqueologia do pensamento, segundo a qual não há uma evolução do pensamento, refuta a existência de um progresso da razão (ao contrário da visão funcionalista e da teoria da perspectiva crítica), pois os sistemas de crenças mudam radicalmente em certos momentos. Em outras palavras, não se pode observar a evolução do pensamento com base em crenças presentes, pois o que agora é verdadeiro poderia não ter sido no passado e os indivíduos do passado não atuaram com o presente sistema de pensamento. O outro conceito, que veio substituir o primeiro, refere-se à genealogia do pensamento, que pressupõe que existe uma relação circular entre a verdade e o poder, de modo que o poder é um elemento essencial na produção da verdade e esta serve para sustentar o poder.

Trazendo esses conceitos para o campo contábil, pode-se notar que a Contabilidade torna-se um instrumento capaz de proporcionar poder aos indivíduos que entendem as questões nela contempladas, já que a Contabilidade proporciona visibilidade sobre o que acontece em diversos âmbitos organizacionais. O desenvolvimento da contabilidade de custo, por exemplo, não ocorreu por causa da importância de um refinamento das informações contábeis, mas devido à necessidade de um novo regime de poder no âmbito fabril que tornasse o comportamento dos indivíduos mais visível e, com isso, mais controlável. Ou seja, as relações entre a Contabi-

lidade e o poder surgiram da exigência de se impor um maior controle sobre as ações dos indivíduos envolvidos nas práticas e no manuseio das informações contábeis. Esta perspectiva está inspirada na obra de Foucault (1991), baseada em dois métodos de pesquisa: a arqueologia e a genealogia. Larrinaga (1999, p. 125) entende que tais métodos de pesquisa contribuem com grande riqueza teórica para abordar o estudo do funcionamento da Contabilidade nas organizações e na sociedade, porém, ao mesmo tempo, trazem ideias ainda bem difíceis de compreender porque são estranhas à linguagem e à epistemologia comum.

3 DIMENSÕES DO PODER ORGANIZACIONAL

Hardy (1996) formulou uma representação do poder em organizações, baseada nas ideias pioneiras de Lukes (1980), dimensionando-o em quatro faces principais. Conforme esse dimensionamento, o poder abrange os seguintes aspectos, como perspectivas de legitimação: i) os recursos; ii) os processos de tomada de decisão; iii) o significado; e iv) o sistema.

• Poder sobre os recursos:

A primeira dimensão corresponde a uma concepção de poder baseada em um quadro unidimensional de legitimação, constituído por *A* que tem poder sobre *B*, na medida em que *A* pode exigir que *B* faça algo que normalmente não o faria (Dahal, 1957). Para Polsby (1963), neste caso, o poder é descrito como um intercâmbio de influência e controle baseado na capacidade de um ator para fazer algo que afeta a outro e que muda o padrão provável de determinados eventos futuros. De acordo com Clegg (1992, p. 69), essa visão causal do poder está vinculada à preocupação de se identificar as fontes de poder existentes numa determinada arena. Desse modo, representa um jogo de soma zero, onde um dos atores sempre sairá ganhando à custa do outro, em parte porque tem a posse sobre recursos raros e valiosos que motivam ação. Essa concepção de poder foi contestada, conforme Perissinotto (2003), por ser sim-

Quadro 2 – Dimensões do Poder.

Dimensões	FONTES	AÇÕES	LIMITES
Poder sobre os Recursos	Capacidade de contratar e demitir, recompensas, punições, financiamento, autoridade, competências etc.	Emprego de normas comportamentais para influenciar ações específicas.	Uso contínuo de estratégia tipo “cenoura-pau” satura e pode causar reações negativas dos agentes.
Poder sobre os Processos	Processos de tomada de decisão, <i>stakeholders</i> , agentes etc.	Criação de nova conscientização visando à entrada de novos participantes, novas questões ou agendas.	A conscientização ajuda na sustentação de novos comportamentos, desde que permaneça coerente com os valores e normas existentes.
Poder sobre os Significados	Símbolos, rituais, linguagem etc.	Mudanças que tornam legítimos e racionais os novos significados.	Algumas alterações de valores e normas podem ser possíveis, mas mudanças específicas de comportamento são mais difíceis de se efetivar na prática.
Poder sobre os Sistemas	Atores na forma de estratégias políticas para alcançar fins desejados.	Comportamentos que penalizam, sem atribuir a causa ao uso consciente de poder por grupos específicos de indivíduos.	Está profundamente enraizado no seio da organização.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Hardy (1996, p. S7).

plista e cometer o erro de conceber o poder como algo possuído por um agente poderoso, que o utiliza a fim de impor sua vontade sobre outro agente desprovido de poder (*powerless*).

Para Hayward (2000), visto sob essa ótica, o poder seria um instrumento possuído por alguém e, como tal, teria uma face, isto é, um sujeito que o exerce em detrimento da liberdade do outro. Na verdade, ao contrário, várias forças exteriores aos atores operam no processo decisório de modo a facilitar a discussão de alguns temas em detrimento de outros (Polsby, 1963).

Esse tipo de poder incide sobre o comportamento na tomada de decisões sobre as principais questões importantes, podendo tornar-se fonte real de conflitos entres interesses subjetivos, visando a refletir preferências particulares na participação política. Em geral, assinala Wickramasinghe (2006), essa forma de poder é encontrada nas agendas políticas e ações, manifestando-se mais nas estruturas (por exemplo, organizações e sociedades) que nos agentes (indivíduos), já que visa a ter influência sobre os recursos organizacionais disponíveis. Hardy (1996) faz uma ilação desta face do poder no

contexto gerencial, comentando sua influência nos resultados por meio de recursos-chave, tais como informações, conhecimento, controle sobre ativos monetários, recompensas e sanções etc. Para que o comportamento desejado seja garantido, utiliza-se da estratégia tipo “cenoura-pau” (amarra-se à cabeça de algum animal uma vara de pau com uma cenoura pendurada numa corda, a fim de que este caminhe buscando a cenoura e siga, então, para o local desejado). Esta forma de manipulação tem impacto limitado, desde que o uso excessivo da coerção possa causar reações negativas no exercício do poder. Em tais situações, o critério de poder utilizado é orientado para o domínio sobre recursos por intermédio das informações contábeis e dos sistemas de controle, que teriam poder e facilitariam as estratégias que garantiriam o comportamento desejado.

• Poder sobre os processos:

Para Bachrach e Baratz (1962), no entanto, não necessariamente o poder apresenta uma face única, tendo em vista que há situações em que a tomada de decisão sobre como fazer as coisas

tem implicações sobre o que ainda não foi decidido; ou seja, não corresponde a um “não decisório”, se a atenção é para evitar algumas outras decisões. Neste caso, o poder representa coerção, influência, autoridade, força e manipulação.

Conforme Wickramasinghe (2006, p. 343), a coação é utilizada para assegurar o cumprimento por ameaça de privação; a influência visa a mudar o curso de ação, sem recorrer a uma ameaça de privação grave; a autoridade representa os procedimentos que podem ser razoavelmente legitimados. Sob estas circunstâncias, o autor entende que os objetos de análise são diferentes para se enfrentar com uma única face de poder, na medida em que envolve a compreensão interpretativa de ações intencionais, “não decisões” e possíveis problemas potenciais. Este tipo de poder reside na organização do processo de tomada de decisão, que incorpora uma variedade de procedimentos, rotinas e políticas que pode ser invocada pelos grupos dominantes para influir nos resultados. De acordo com Hardy (1996), o tipo de poder, neste contexto, é denominado poder de processo, ou seja, efetuado sobre processos de tomada de decisão.

Nas organizações, grupos dominantes podem adotar o comportamento de “não fazer”, ou de não atender às solicitações, somente para proteger o *status* de poder. Tal manipulação do poder permite que “atores poderosos” determinem os resultados “nos bastidores”, mediante o uso de manobras políticas. Assim, destaca-se que o poder não é exercido exclusivamente onde são tomadas as decisões e aqueles que decidem nem sempre são tão poderosos, mas dependem do comportamento dos demais. No campo contábil, Hardy e Redivo (1994) e Burns e Scapens (2000) examinaram essa questão, analisando as implicações contábeis para compatibilizar que novos sistemas de contabilidade ganhassem determinado grau de poder. Para Hardy e Redivo (1994), o uso e a distribuição de poder constituem importância chave no processo organizacional. Burns e Scapens (2000) assinalam que as práticas contábeis podem se tornar rotineiras compondo um conjunto de pressuposições, crenças e valores, que sustentariam uma cultura organizacional aceita de maneira automática pelo grupo social.

• Poder sobre os significados:

Uma terceira visão de poder está associada à legitimação com base na aceitação. Apesar de não compor um quadro específico de poder, já que fornece uma crítica substancial contra as formas de poder sobre os recursos e sobre os processos de tomada de decisão, essa forma de legitimação explora as regras e recursos e as condutas que afetam a tomada de decisão.

Segundo Lukes (1980), as visões de poder baseadas nos recursos e nos processos de tomada de decisão são individualistas e apolíticas porque os problemas potenciais são mantidos fora da política, não somente por meio das decisões (ou “não decisões”), mas também por intermédio da mais ampla das forças sociais e práticas institucionais; ou seja, é preciso focalizar os mecanismos sociais e de classe que perpetuam o *status quo* e são usados pelas classes dominantes para apoiar e justificar sua dominação material (Cappelle, Melo, & Brito, 2005).

Nessa forma de legitimação, que Hardy (1996) denomina face de poder do significado, isso não acontece, porque são exploradas as estruturas, bem como as ações individuais que influenciam as decisões e, como problemas potenciais, podem ser ocultados. Para a autora, o poder sobre significados é exercido no sentido de se evitar conflitos, sendo praticado a fim de influenciar as pessoas a aceitarem o que foi decidido. Ou seja, é executado para convencer as pessoas de que a mudança deve ocorrer.

• Poder sobre os sistemas:

Por último, tem-se o que Clegg (1993) denominou circuitos de poder, ou poder do sistema, ao focar as relações de poder com conexões técnicas, procedimentos, conhecimentos e contingências. Conforme o autor, o círculo de poder permite compreender a complexidade das relações, seus significados, estratégias e resultados. Nessa ótica, não se pode formular a estrutura de poder com base em um único objeto, mas sim de diferentes valores, que devem ser agregados em grupos de várias camadas para identificar evidências distintas, mas estreitamente relacionadas com o mecanismo de poder.

Essa quarta dimensão de poder está profundamente enraizada na empresa, já que é estabelecida pela “aceitação inconsciente” da existência de valores organizacionais como tradições, culturas etc. Embora todas as dimensões de poder comentadas se reproduzam em todos os níveis da hierarquia de uma organização, o poder do sistema é mais sistêmico do que as outras faces de poder e abrange a maioria dos membros da organização. Sujeito a influências exógenas e internas à empresa, novas práticas disciplinares são introduzidas, nos circuitos de poder, o que faz com que o circuito contenha toda a sistematização do poder dentro da organização.

Hardy (1996) demonstra a ideia de poder dos sistemas, que é similar ao conceito de circuitos de poder de Clegg (1993). Quando um sistema está em vigor, as pessoas, inconscientemente, seguem as culturas, valores, normas, crenças etc., que já foram estabelecidas. A lógica de circuito de poder representa uma grande rede de circuitos que, de certa forma, abrange toda a organização, estabelecendo culturas, regras e normas e criando uma forma de poder que, dificilmente, pode ser quebrada. Se os tomadores de decisão quiserem efetuar mudanças, eles precisarão romper ou mudar esse poder sistêmico. Para quebrá-lo ou alterá-lo, os gestores tenderão a recorrer às outras três dimensões do poder (recursos, processos e significados).

A Contabilidade está incorporada nessas quatro dimensões de poder citadas. Em outras palavras, a Contabilidade pode mobilizar os tipos de poder para alterar ou quebrar os círculos de poder (Burns, 2000). O conflito surge quando os interesses colidem. O conflito pode ser de caráter pessoal, interpessoal, entre grupos rivais, entre coalizões ou entre organizações, podendo estar explícito ou encoberto.

A Contabilidade tem por objetivo proporcionar informação para os tomadores de decisão e, na maioria das vezes, tais decisões equivalem a previsões e estimativas sobre aspectos futuros, que afetarão o desempenho da empresa. Acrescenta-se, ainda, que tais informações podem influenciar a carreira e os objetivos pessoais dos prestadores dessas informações.

Portanto, a Contabilidade dá visibilidade sobre fatos econômicos ocorridos nos diversos âmbitos da organização, conferindo poder (Lar-rinaga, 1999). A dominação disciplinar da Contabilidade impõe uma visibilidade obrigatória, implicando numa forma de poder a que todas as instâncias da organização estarão potencialmente sujeitas.

4 DIMENSÕES E IMPLICAÇÕES DO PODER DA ATIVIDADE CONTÁBIL

Esses mesmos campos de poder comentados são passíveis de análise sob a ótica contábil, tendo em vista que a Contabilidade pode funcionar como motivadora dos “agentes” na constituição de um “habitus” para as relações de poder em termos de “discurso” ou “linguagem”, “ritos” ou “práticas sociais”, “institucional” ou “culturalmente”, e também quanto ao “tipo de capital”. Em se tratando de forças exógenas, que afetam as organizações e influenciam as práticas contábeis aplicadas à gestão empresarial, Granlund e Lukka (1998) classificaram-nas em quatro tipos de poder: a) econômico; b) coercitivo; c) normativo; e d) imitativo.

• Poder contábil econômico:

As pressões econômicas forçam a que as práticas contábeis sejam adaptáveis às mudanças de ambiente, devido a diversos fatores econômicos. Estes fatores podem ser decorrentes de flutuações econômicas, recessões e desregulamentação dos mercados, aumento de concorrência, tecnologia avançada de processo (ex: JIT - Just in Time System) e tecnologia de fábrica avançada (ex: ERP - Enterprise Resource Planning). Granlund e Lukka (1998) comentam que a tendência de se utilizar das modernas técnicas de gestão tecnológica, por exemplo, SIGE (Sistemas Integrados de Gestão Empresarial), leva à padronização dos dados contábeis em determinados formatos de comunicação.

Segundo esses autores, muitos profissionais da área contábil acreditam que os sistemas integrados podem aliviar as pressões causadas pelas rotinas de comunicação e proporcionar uma oportunidade para análise e apoio à de-

cisão. Desta forma, as pressões econômicas têm impacto sobre a Contabilidade.

• **Poder contábil coercitivo:**

Granlund e Lukka (1998) afirmam que as pressões coercitivas podem se refletir na definição de determinadas regras ou procedimentos que facilitem, permitam e/ou restrinjam o comportamento organizacional, em geral, e as práticas contábeis em particular. Esses autores assinam que existem pressões sobre as organizações, que as fazem alterar suas estruturas para haver coerência com os regulamentos das instituições que as pressionam (ex: organizações multinacionais e empresas internacionalizadas).

Os autores citam o exemplo de empresas multinacionais finlandesas, que, diante de pressões coercitivas, aplicaram práticas contábeis mundialmente aceitas como International Financial Reporting Standards (IFRS) ou Generally Accepted Accounting Principles (US-GAAP). Acrescentam, ainda, que os efeitos dessas pressões não foram visíveis apenas na contabilidade financeira dessas companhias, mas também na contabilidade gerencial. Um exemplo disso, comentado pelos autores, ocorreu nos métodos de apropriação de custos dessas organizações que migraram de um sistema de custeamento variável para o de custeio por absorção, simplesmente para minimizar as pressões coercitivas dos agentes reguladores.

Salienta-se existirem, também, situações semelhantes no cenário brasileiro, onde empresas se submetem principalmente a critérios e imposições emanados de normas fiscais/tributárias, muitas das vezes até conflitantes com algumas das diretrizes teóricas que fundamentam as Ciências Contábeis. Como exemplo, cita-se a constituição de um ajuste por perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, que cubra todas as perdas esperadas na cobrança das contas a receber. No Brasil, esse assunto, historicamente, foi regido por procedimentos advindos das normas emitidas pelas autoridades tributárias federais, que estabeleciam as alíquotas permitidas para o registro dessa provisão contábil.

Houve, inclusive, um período em que a contabilização desse tipo de provisão foi proi-

bida. No entanto, segundo a teoria contábil, para se determinar o valor adequado da estimativa desse tipo de perda deve-se considerar fatores como o conhecimento dos clientes, ramo do negócio e a situação do crédito em geral. O objetivo básico da constituição desta estimativa de perda está relacionado com o risco de não receber valores futuros decorrentes, geralmente, das vendas a prazo, ajustando, assim, tais valores a receber ao seu valor provável de realização.

• **Poder contábil normativo:**

As pressões normativas, segundo Granlund e Lukka (1998), decorrem das obrigações sociais e da necessidade de proceder de forma adequada diante dos anseios da sociedade, regida por valores éticos e culturais e normas regulamentadoras de atuação. Tais pressões surgem de diferentes grupos de interesse dentro e fora da organização.

No campo contábil, cita-se a sujeição de empresários e profissionais contábeis do Brasil ao cumprimento obrigatório das normas internacionais de contabilidade, sob pena de medidas e sanções punitivas estabelecidas para autuar irregularidades no atendimento das normas de elaboração e apresentação das informações financeiras vigentes.

O processo de adequação das práticas contábeis brasileiras ao conjunto de procedimentos contábeis emanados da norma internacional implicou na criação de mecanismos normativos, que garantem o controle institucional quanto ao efetivo cumprimento dos pronunciamentos técnicos do CPC, já que tanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estão homologando, na íntegra, o conteúdo de tais pronunciamentos.

Esse controle institucional, portanto, representa uma forma de poder que influencia a atividade contábil, definindo mecanismos garantidores de um adequado cumprimento das normas pelas empresas e profissionais da área contábil ao elaborarem as demonstrações contábeis.

• **Poder contábil imitativo:**

Os processos imitativos, para Granlund e Lukka (1998), correspondem a pressões que se

apoiam em processos miméticos ou pressões da moda. As organizações que estejam factíveis a pressões econômicas, coercitivas ou normativas tenderão a adotar padrões operacionais “aceitáveis” como técnicas contábeis ou processos gerenciais. Normalmente adotam aqueles modelos utilizados por grandes companhias (por exemplo, *Balanced Scorecard*). O poder contábil mimético é utilizado, em geral, por consultores e profissionais da área contábil a fim de tentar imitar organizações bem sucedidas, que são tomadas como *Benchmarking* por terem uma boa reputação no campo da gestão dos negócios. A motivação para tal procedimento é ganhar legitimidade externa em seu ambiente operacional.

Adicionalmente a essas dimensões do poder da atividade contábil é fato que a Contabilidade, ao longo do seu processo de desenvolvimento, sempre funcionou como instrumento de alavancagem e sustentação de modelos políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos dominantes (Cosenza, 1999). Jones (2010), por exemplo, empregou esta perspectiva para estudar a natureza e o papel que a atividade contábil desempenhou na governança medieval, analisando as inter-relações entre a Contabilidade e outras infraestruturas medievais (como o sistema feudal, a organização administrativa e territorial, a logística, a cunhagem e a alfabetização e as tecnologias numéricas) associadas ao poder como fonte ideológica, econômica, militar e política. De acordo com esse autor, o sistema de contabilidade empregado foi um produto do seu tempo e bem adequado para o fim de levantar e recolher a renda real arrecadada pelos xerifes dos condados, funcionando como um sistema de distribuição de poder, já que o rei usava sua autoridade e poder para monitorar e controlar os xerifes à distância.

A literatura contábil tem mostrado, com base na história da Contabilidade, que a atividade contábil se tornou valioso instrumento para a geração de informações que desencadearão ações racionais e, até certo ponto, um tanto quanto políticas. Ou seja, as informações contábeis, da mesma maneira que fornecem meios racionais para a geração de recursos, servem também como mecanismo de intercâmbio político, no

qual os agentes econômicos redistribuem o poder dentro da organização (Yazdifar et al, 2005).

Por ser parte integrante da estrutura de uma organização, a relevância da Contabilidade decorre de sua capacidade para auxiliar na tomada de decisão, fornecer mensurações de desempenho etc, baseada em suas informações. Observam-se, também, poderosas forças externas à empresa que de forma direta ou indireta a afetam. Portanto, a Contabilidade sofre as mazelas dessas influências exógenas, além das internas à empresa. Deste modo, é possível vislumbrar a Contabilidade sob duas perspectivas principais:

1^a) em certas ocasiões, como um mecanismo que gera poder; e

2^a) em alguns contextos, como refém do poder.

De acordo com Hopwood e Miller (1994), a Contabilidade desempenha simultaneamente um papel social, institucional e organizacional, uma vez que o processo contábil (reconhecimento, classificação, mensuração e divulgação) influi no controle dos aparatos organizacionais. No campo social e institucional, a Contabilidade atua capacitando a configuração da ordem social e organizacional ou incorporada a ramificações políticas e culturais dessas ordens.

No que tange ao funcionamento da Contabilidade como prática organizacional e institucional, Wickramasinghe (2006) assinala uma questão fundamental a ser explorada, isto é, “se a Contabilidade é fonte ou objeto do poder”.

Quando a Contabilidade atua como mecanismo de poder, é preciso analisar a forma como o mesmo emana e funciona tanto no contexto organizacional como no institucional. Se, porém, a Contabilidade está sujeita ao poder de outros, seja organizacional, seja institucionalmente, é necessário examinar os marcos regulatórios que a regem e, também, o modo como os mesmos interagem com as práticas contábeis. Por conta dessas questões, o citado autor formulou uma tipologia de conexão do poder com a Contabilidade, em que esse fenômeno é visto de forma dicotômica, conjuntamente com dois níveis de análise, o organizacional (interno) e o institucional (externo), como mostrado na Figura n^o. 1.

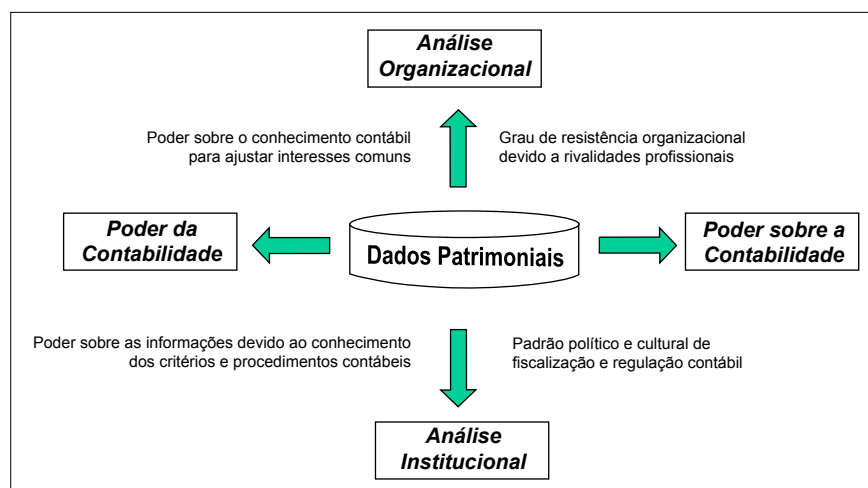


Figura 1 – Conexão contábil do poder nas organizações.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Wickramasinghe (2006, p. 345).

Conforme Wickramasinghe (2006), para ser fonte de poder, a Contabilidade precisa ter a titularidade do poder sobre ativos especialmente utilizados pelos tomadores de decisão (poder sobre recursos). Ou, então, manter domínio sobre questões de investimentos que facilitem o processo político em particular (poder sobre processos de tomada de decisão); ou, ainda, ser uma poderosa alavanca para criar legitimação por meio de uma linguagem de negócio (poder sobre o significado). O autor assinala que, em certo sentido, o poder contábil como um recurso ficaria diluído mediante os processos e sistemas de significado.

No entanto, se a Contabilidade tiver pleno domínio sobre os recursos patrimoniais, pode tornar-se uma ferramenta que permita superar outros tipos de poder organizacional e institucional. Neste sentido, a Contabilidade desempenharia um papel importante na configuração dos aparatos sociais e organizacionais.

• **Análise Organizacional:**

A associação do poder contábil com os aspectos organizacionais da empresa contempla questões políticas internas e resistências em relação à função da informação contábil para a tomada de decisão. Neste sentido, a coleta e análise de dados baseiam-se, fortemente, em atitu-

des aceitáveis, popularmente, e em critérios e procedimentos metodológica e epistemologicamente consagrados para a realização desses tipos de abordagens.

O poder da Contabilidade, nesta perspectiva, é enfatizado para desenhar o funcionamento do aparato organizacional, incluindo a evolução da estrutura da organização, o sistema de controle e as regras e procedimentos institucionalmente estabelecidos, além das tradições, culturas, agrupamentos profissionais etc.

Pesquisadores da área contábil, que analisaram a forma como o poder da Contabilidade pode ser visto e refletido dentro do ambiente organizacional, constataram que o mesmo pode estar ligado ao sistema orçamentário (Collier, 2001), associado à construção de uma ideologia gerencial (Christensen, 2004) ou à redistribuição e controle financeiro (Kurunmäki, 1999), dentre outros.

Abernethy e Vagnoni (2004) examinaram o impacto das estruturas de autoridade sobre a utilização de sistemas de informação contábil para a tomada de decisão e controle gerencial. As autoras detectaram que a delegação de autoridade formal não só impactava diretamente o uso da Contabilidade nas decisões de gestão e controle, como também tinha um importante efeito na conscientização dos gerentes sobre seus custos operacionais.

• **Análise Institucional:**

Na relação entre poder contábil e contexto institucional, consideram-se variáveis mais amplas associadas a fatores socioestruturais (ex.: economia, cultura, etnia, credo, sexo, profissão). Refletem, também, questões políticas relativas à privatização, democratização, finanças e gestão pública, ou tendências como sustentabilidade, globalização, avanço tecnológico etc.

De acordo com Wickramasinghe (2006), o funcionamento da Contabilidade nas organizações não é independente destes aspectos estruturais e, às vezes, a Contabilidade serve como instrumental de acomodação dessas variáveis; outras vezes, seu poder subordina-se às mesmas. Sob essa visão institucional procura-se uma dialética e interação histórica entre as organizações e os fatores exógenos, programas e tendências. A atividade contábil torna-se um poderoso instrumento para a configuração dialética dos fatores socioestruturais em uma determinada ordem social e organizacional particular. A Contabilidade está imersa em processos de mudança social, sendo um reflexo da própria configuração social, estando, portanto, ancorada em circunstâncias sociopolíticas que não são determinadas pela classe contábil (Burchell, Clubb, & Hopwood, 1985; Hopwood, 1985; Loft, 1994; Power, 1992). A configuração das relações entre a empresa e a sociedade é quem determina a utilização que se fará da Contabilidade.

Entre os estudos nessa direção, citam-se Shaoul (1997), que ilustrou uma determinada realidade socioeconômica espelhada por dados contábeis com base no desdobramento de um conjunto de questões em torno da privatização da água no Reino Unido; e Hooper e Pratt (1993) que estudaram o poder da Contabilidade em relação ao processo de transformação socioeconômica e histórica no desenvolvimento do capitalismo na Nova Zelândia.

• **Poder sobre a Contabilidade:**

A Contabilidade, por estar sujeita a falhas ou disfunções, torna-se objeto de poder diante da pressão de fatores não contábeis, como é o caso da cultura organizacional, do poder de ou-

tros profissionais dentro da empresa e de eventos habituais, inesperados ou incidentais, que ocorrem no sistema social mais amplo. Segundo Wickramasinghe (2006), tal fato não significa que a Contabilidade não tenha poder, mas sim que não é o único mecanismo de poder dentro da empresa. O autor assinala que há situações e condições adversas contra as quais a Contabilidade terá que se defrontar, já que várias especialidades técnicas também se unem para constituir o poder do conhecimento organizacional, competindo com as práticas contábeis no esforço de assegurar maior poder dentro da empresa.

Algumas pesquisas nessa linha analisam o emprego da Contabilidade como instrumento de poder dentro da organização, por exemplo, aplicando sistemas de controle contábeis na tomada de decisão (Pettigrew, 1972), alterando o desempenho organizacional (Dornbusch & Scott, 1975), conferindo legitimidade (Meyer & Rowan, 1977) e em situações de diluição do poder contábil (Markus & Pfeffer, 1983).

Focando nas forças sociais e institucionais, que rejeitam o valor da Contabilidade, alguns estudos analisaram a questão estrutural do poder sobre as práticas contábeis, associando-a a fatores como a burocracia (Wickramasinghe, Hopper, & Rathnasiri, 2004), à etnia (Dave, 2005), às culturas e tradições (Wickramasinghe & Hopper, 2005), ou à política estatal (Uddin & Hopper, 2001).

• **Poder da Contabilidade:**

A associação do poder sobre a Contabilidade com o contexto organizacional verifica como as práticas contábeis, em absoluta conformidade com a doutrina e os princípios de Contabilidade, são questionadas, rejeitadas ou diferenciadas por fatores como resistência política e cultura. Já o poder sobre a Contabilidade em nível institucional diz respeito aos fatores externos, que configuram os sistemas de controle interno. Dependendo do marco regulatório, o poder contábil pode tornar-se subserviente a esses fatores, o que faria com que a Contabilidade perdesse sua importância.

A literatura contábil apresenta estudos, que analisam o uso dos mecanismos de controle

contábil na legitimação e manutenção dos sistemas de poder, bem como na redistribuição do poder entre os diversos atores organizacionais (Abernethy & Chua, 1996; Covaleski & Dirschmith, 1986; Kurunmäki, 1999, entre outros).

Todavia, a literatura contábil fornece poucas ilustrações a respeito dos efeitos do poder da Contabilidade sobre os sistemas de controle de gestão ou, então, sobre seu impacto nos resultados organizacionais. Conforme Abernethy e Vagnoni (2004), grande parte das pesquisas em contabilidade gerencial assume que os indivíduos são racionais e que as empresas de sucesso mensuram o adequado custo/benefício na escolha da estrutura organizacional (Jensen, 1998). Na visão das autoras, um padrão de comportamento político sério contestaria esse pressuposto, já que reconheceria, explicitamente, que possíveis coligações entre as pessoas dentro de uma organização teriam condições de resistir às tentativas gerenciais, para alocar os direitos de decisão e implantação de sistemas administrativos para monitorar o comportamento dos agentes. Dependendo do nível de sinergia entre as pessoas, é possível contornar, sabotar ou manipular os elementos do sistema de autoridade e os sistemas de informação contábil implantados para complementar as estruturas de autoridade (Eisenhardt & Bourgeois, 1988; Pfeffer, 1992).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo discutiu a questão do exercício do poder no contexto da Contabilidade, dado seu impacto direto no uso de informações contábeis visando ao controle e ao gerenciamento das atividades organizacionais. As relações de poder são inerentes ao papel que a gestão de recursos econômicos exerce sobre os resultados da atividade empresarial, podendo caracterizar a Contabilidade como fonte ou objeto de poder organizacional. As afirmações e questões apresentadas ao longo deste artigo forneceram parâmetros para análise da definição da noção de poder, em suas várias vertentes, correlacionando suas implicações no âmbito da atividade contábil.

Por ser parte do sistema de informação das empresas, a Contabilidade mostra-se relevante, dadas suas atribuições na coleta, registro,

mensuração e evidenciação dos fatos econômicos, que ocorrem no âmbito de atuação das mesmas. Daí a importância de ater-se ao fato de que muitos dos critérios de medida empregados na mensuração contábil podem não ser precisos, haja vista as relações de poder internas e externas às empresas.

Portanto, deve-se ter certo grau de precaução, pois é possível a ocorrência de casos, em que a atribuição de demasiado valor contábil para alguns indicadores de êxito e de insuficiente importância econômica para outros, devido ao conflito de poder na organização, conduzir a uma grande deformação dos objetivos empresariais e minar a competência, a credibilidade e a eficiência que se procura no processo gerencial.

Nesse contexto, pode-se forçar quem detém o poder da informação, e ainda, a liberdade e possibilidade de alterar os dados contábeis em seu benefício, a fazê-lo sem medir consequências. Por possibilitar a opção de escolha entre caminhos alternativos de ação, a Contabilidade se torna dependente das relações de poder entre os atores (grupos de interesses) envolvidos. As motivações contábeis divergentes dão origem aos conflitos, visíveis ou invisíveis, que acabam sendo resolvidos ou perpetuados por vários tipos de jogos de poder.

Conforme já comprovado na literatura contábil sobre earnings management (contabilidade criativa), a maquiagem dos números contábeis é uma possibilidade real, podendo ser realizada de diversas formas, e por variados motivos, visando a beneficiar aqueles que têm maior poder sobre a Contabilidade. Isso pode ser efetuado por gestores, empresas, ou mesmo pelos próprios contadores, de forma fraudulenta (atitude mais radical), ou apenas omitindo ou retardando a divulgação de algumas informações para os diferentes usuários.

O exercício do poder na Contabilidade, muitas das vezes, transcende os limites da própria organização. Destarte, percebe-se que a sua finalidade encontra-se em outras entidades, como, por exemplo, nas instâncias reguladoras (no caso contábil, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Federal de Contabilidade, órgãos de

fiscalização tributária etc.). A razão de ser da ação do poder está justamente fora dos limites da organização que o detém.

Neste artigo, concluiu-se que o poder está baseado nas pessoas físicas e jurídicas, que o transformam em força capaz de definir um cenário de ação no jogo de dominação disputado em organizações, envolvendo metas, valores, desejos, expectativas, orientações e inclinações para se agir de uma ou outra maneira. Nesse jogo de poder, o papel da Contabilidade é estar preparada para as nuances que envolvem, inexoravelmente, essas pessoas físicas e jurídicas que, de alguma maneira, detêm algum tipo ou forma de poder sobre a atividade contábil. Sempre que possível, tentarão buscar meios contábeis lícitos e concretos, que justifiquem e legitimem as ações organizacionais, que atendam aos seus interesses econômicos ou políticos específicos.

São estas, pois, as principais considerações delineadas neste artigo. Apesar de não esgotarem totalmente um tema de tão ampla dimensão, contemplam satisfatoriamente a problemática contábil discutida, quando se referencia a questão do poder dentro das Ciências Contábeis.

Como proposição para futuras pesquisas, sugere-se o estudo dos pronunciamentos contábeis atualmente emitidos e referendados por instâncias normativas, utilizando-se a articulação entre os temas Poder e Contabilidade. O estudo do Pronunciamento Conceitual Básico (R1), Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - The Conceptual Framework for Financial Reporting, IASB - BV 2011 Blue Book), por exemplo, representa uma interessante oportunidade de discussão dessa temática, considerando que esse pronunciamento técnico implica num padrão de linguagem contábil a ser aplicado na elaboração das informações contábeis, com reflexos relevantes nos resultados apresentados.

Sob a ótica de poder, a Contabilidade permeia questões relativas ao financiamento externo e à prestação de contas, aspectos associados à valorização da profissão contábil e, inexoravelmente, a assuntos relacionados com as grandes empresas, ao mercado financeiro, à re-

gulação contábil e, agora, às International Financial Reporting Standards (IFRS). Todos esses tópicos podem ser abordados com base na perspectiva de relações de poder, conforme discutido neste artigo, propiciando um link da teoria contábil com áreas afins à Contabilidade.

REFERÊNCIAS

Abernethy, M.A., & Chua, W. F. (1996). A field study of control system "redesign": the impact of institutional processes on strategic choice. *Contemporary Accounting Research*, 13(2), 596-606.

Abernethy, M.A., & Vagnoni, E. (2004). Power, organizational design and managerial behaviour. *Accounting, Organizations and Society*, 29(3/4), 207-225.

Bachrach, P., & Baratz, M.S. (1962). Two faces of power. *American Political Science Review*, 56(4), p. 947-952.

Bryer, R.A. (2012). Americanism and financial accounting theory - Part 1: Was America born capitalist? [Working Paper nº 14] *World Congress of Accounting Historians*, Newcastle, England, 13.

Buchanan, D., & Badham, R. (1999). *Power, politics and organizational change: winning the turf game*. London: Sage Publication.

Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J., & Nahapiet, J. (1980). The Roles of Accounting in Organizations and Society. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), p. 5-27.

Burchell, S., Clubb, C., & Hopwood, A. (1985). Accounting in its social context. Towards a history of value Added in the United Kingdom. *Accounting, Organizations and Society*, p. 381-413.

Burns, J. (1996). *The Institutionalization of Accounting - The Case of X Ltd. Proceedings of the Management Control Systems Symposium*. Imperial College, London, UK, 3.

Burns, J. (2000). The dynamics of accounting change: inter-play between new practices, routines, institutions, power and politics. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 13(5), p. 566-596.

Burns, J., & Scapens, R. (2000). Conceptualizing

- management accounting change: an institutional framework. *Management Accounting Research*, 11(1), p. 3-25.
- Cappelle, M.C., Melo, M.C., & Brito, M.J. (2005). Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para análise das organizações. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 7 (3), p. 356-369.
- Christensen, M. (2004). Accounting by words not numbers: the handmaiden of power in the academy. *Critical Perspectives on Accounting*, 15 (4/5), p. 485-512.
- Clegg, S.R. (1989). Radical Revisions: Power, Discipline and Organizations. *Organization Studies*, 97-115.
- Clegg, S.R. (1992, Nov./Dez.). Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 32(5), p. 68-95.
- Clegg, S.R. (1993). *Framework of power*. London: Sage.
- Collier, P.M. (2001). The power of accounting: a field study of local financial management in a police force. *Management Accounting Research*, 12 (4), p. 465-486.
- Cooper, D.J., & Sherer, M. (1984). The Value of Corporate Accounting Reports: Arguments for a Political Economy of Accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 9(3-4), p. 207-232.
- Cosenza, J.P. (1999). *A evolução da escrituração contábil através dos tempos: uma revisão histórica da Contabilidade contemporânea com base na literatura contábil*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Covaleski, M.A., & Dirsmith, M.W. (1986). The budgetary process of power and politics. *Accounting, Organizations and Society*, 11(3), p. 193-214.
- Dahl, R.A. (1957). The concept of power. *Behavioural Science*, 2(3), p. 201-205.
- Dave, S.S.K. (2005). The politics of accounting, race and ethnicity: a story of a chiefly-based preferencing. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(5), p. 551-577.
- Dawson, P. (1994). *Organizational change: a processual approach*. London: Paul Chapman.
- Dornbusch, S.N., & Scott, W.R. (1975). *Evaluation and the exercise of authority: a theory of control applied to diverse organizations*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Eisenhardt, K. M., & Bourgeois, L. J. (1988). Politics of strategic decision making in high-velocity environments: toward a midrange theory. *Academy of Management Journal*, 31(4), p. 737-770.
- Fleischman, R. K. (2012). The interface between accounting history and critical accounting research [Plenary Address]. *World Congress of Accounting Historians*, Newcastle, England, 13.
- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock Publications.
- Foucault, M. (1991). *Las palabras y las cosas*. México: Siglo Veintiuno.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (Trad. Raquel Ramalhe) 35. ed. Petrópolis: Vozes.
- Gaffikin, M. (2005). Accounting research and theory: the age of neo-empiricism. [Accounting & Finance Working Paper 05/07], *School of Accounting & Finance*, University of Wollongong.
- Giddens, A. (1993). *New rules of Sociological method: a positive critique of interpretative Sociologies*. (2nd ed.) Stanford, California: Stanford University Press.
- Granlund, M., & Lukka, K. (1998). It's a small world of management accounting practices. *Journal of Management Accounting Research*, 10, p. 153-179.
- Hardy, C. (1996, March). Understanding power: bringing about strategic change. *British Journal of Management*, 7, Special Issue, S3-S16.
- Hardy, C., & Redivo, F. (1994). Power and organizational development: a framework for organizational change. *Journal of General Management*, 20(1), p. 1-13.

- Hayward, C.R. (2000). *De-facing power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hooper, K., & Pratt, M. (1993). The growth of agricultural capitalism and the power of accounting: a New Zealand study. *Critical Perspectives on Accounting*, 4(3), p. 247-274.
- Hopwood, A.G. (1985). The tale of a committee that never reported: disagreements on intertwining accounting with the social. *Accounting, Organizations and Society*, p.361-377.
- Hopwood, A.G. (2005). Editorial: After 30 Years. *Accounting, Organizations and Society*, 30 (7-8), p. 585-586.
- Hopwood, A. G., & Miller, P. [eds.] (1994). *Accounting as social and institutional practice*. New York: Cambridge University Press.
- Jensen, M. C. (1998). *Foundations of organizational strategy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Jones, M. John (2010, January). Sources of power and infrastructural conditions in medieval governmental accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 35, Issue 1, p. 81-94.
- Kurunmäki, L. (1999). Professional vs. financial capital in the field of health care - struggles for the redistribution of power and control. *Accounting, Organizations and Society*, 24, p. 95-124.
- Larrinaga González, C. (1999, enero-junio). Perspectivas alternativas de investigación en Contabilidad: una revisión. *Revista de Contabilidad*, 2(3), p. 103-131.
- Loft, Anne (1994). Accountancy and the first World War. In: Hopwood, A.G., & Miller, P. (eds.). *Accounting as social and institucional practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lukes, S. (1980). *O poder: uma visão radical*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Markus, M.L., & Pfeffer, J. (1983). Power and the design and implementation of accounting and control systems. *Accounting, Organizations and Society*, 8(2/3), p. 205-218.
- Meyer, J. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), p. 340-363.
- Perissinotto, R. M. (2003). O poder sem face: de volta à velha antinomia “estrutura” e “prática”? *Revista Sociologia e Política*, 20, p. 147-152, jun.
- Pettigrew, A. M. (1972). Information control as a power resource. *Sociology*, 6(2), p. 187-204.
- Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*, Cambridge: Pitman.
- Pfeffer, J. (1992). *Managing with power: politics and influence in organizations*. Boston: Harvard Business School Press.
- Polsby, N. (1963). *Community power and political theory*. New Haven: Yale University Press.
- Power, M. (1992). After calculations? Reflections on critique of economic reason by André Gorz. *Accounting, Organizations and Society*, p. 477-499.
- Robert, J.; & Scapens, R. (1990). Accounting as discipline. In: Cooper, D., & Hopper, T. (eds.) *Critical accounts: reorientating accounting research*. London: Macmillan.
- Shaoul, J. (1997). The power of accounting: reflection on water privatization? *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 10(3), p. 382-405.
- Silva, P. R. (1992, jun./jul.). Usuários da Contabilidade: uma reflexão. *Revista Brasileira de Mercados de Capitais*, 44(17), p. 7-16.
- Tinker, A. M. (1980). A Political Economy of accounting: An empirical illustration of the cambridge controversies. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), p. 147-160.
- Tinker, A.M., Merino, B.D., & Neimark, M. D. (1982). The normative origins of positive theories: Ideology and accounting thought. *Accounting, Organizations and Society*, 7(2), p. 167-200.
- Uddin, S., & Hooper, T. (2001). A Bangladesh soap opera: privatization, accounting, and regimes of control in a less developed country. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7/8), p. 643-672.
- Wickramasinghe, D. (2006). Power and accounting: a guide to critical research. In: Hoque, Zahirul (ed). *Methodological issues in accounting research: theories and methods*. London: Spiramus Press, p. 339-359.

Wickramasinghe, D., & Hopper, T. (2005). A cultural political economy of management accounting controls: a case study of textile mill in a traditional Sinhalese village. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(4), p. 473-503.

Wickramasinghe, D., Hopper, T., & Rathnasiri, C. (2004). Japanese cost management meets Sri Lankan politics: disappearance and reappearance of bureaucratic management control in a privatized utility. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 17(1), p. 85-120.

Wyman, Harold E. (1990, enero-marzo). El

poder y la importancia de la Contabilidad: ayer, hoy y mañana/ cómo fue, cómo es y cómo debería ser. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 20(62), p. 9-25. enero-marzo.

Yazdifar, H., Askarany, D., Askary, S., & Daneshfar, A. (2005). Power and politics and their interrelationship with management accounting change. *The International Journal of knowledge, culture and change management*, Melbourne, Australia: Common Ground Publishing Pty Ltd.